

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Lei Municipal, nº 3862, de 18 de dezembro de 2015 (PME/BC)

RELATÓRIO FINAL DE MONITORAMENTO DO PME 2015-2025

Com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município - Lei nº 933/1990, e ainda, conforme o Decreto Municipal nº 12.624/2025, o Fórum Municipal de Educação fica constituído conforme exposto abaixo:

I - representantes dos Diretores da Secretaria Municipal de Educação:

- a) titular: Kelli Cristina Dacol Costa;
- b) suplente: Marília Cristina da Silva Tavares;
- c) titular: Cleonice Wehmuth Monteiro Berejuk;
- d) suplente: Luciana Rocha Leme.

II - representante dos Diretores dos Centros Educacionais Municipais e dos Núcleos de Educação Infantil Municipais:

- a) titular: Laura Laufer dos Santos Hofmann;
- b) suplente: Nilo Passos da Silva.

III - representante dos Conselhos Escolares:

- a) titular: Elton R. Riffel;
- b) suplente: Camila Lopes Ferreira Provenzano.

IV - representante dos Estudantes:

- a) titular: Alice Rafaeli Pereira Adão;
- b) suplente: Sofia Jandt Vicente.

V - representante do corpo docente/gestão das Escolas Estaduais de Balneário Camboriú:

- a) titular: Josiane Fidelis;
- b) suplente: Regiane Aparecida Mendes da Silva.

VI - representante indicado pelas Instituições de Ensino Superior do Município de Balneário Camboriú:

- a) titular: Oséias Alves Pessoa;
- b) suplente: José Carlos de Souza.

VII - representante da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú:

- a) titular: Eduardo Zanatta;
- b) suplente: Aldemar Pereira.

VIII - representante da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família:

- a) titular: Anna Paula Nienkotter Tavares;
- b) suplente: Adriana Alair da Silva.

- a) titular: Catharine Silva de Souza;
- b) suplente: João Vitor Miranda Moreira.

X - representante da Secretaria da Casa Civil:

- a) titular: Leandro Arthur Rodrigues da Silva;
- b) suplente: Maria Clara Ricardo. (Redação dada pelo Decreto nº 12859/2025)

XI - representante da Secretaria de Articulação Política e Relações Institucionais:

- a) titular: Taís Renata André;
- b) suplente: Rodrigo Rauen Leão.

XII - representante da Secretaria de Segurança e Ordem Pública:

- a) titular: Lucimara de Souza Braga;
- b) suplente: Schayane Escardoa de Souza.

XIII - representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC:

- a) titular: Allan Muller Scheroeder;
- b) suplente: Karoen Cardoso Mello.

XIV - representante da Fundação Municipal de Esportes - FME:

- a) titular: Maralisa Kelli de Lima;
- b) suplente: Mariana Testoni Fantoni.

XV - representante do Conselho Tutelar de Balneário Camboriú - CTBC:

- a) titular: Cristiane Amorim;
- b) suplente: Liandro Ignácio Passos.

XVI - representante indicado pelo Conselho Municipal Antidrogas - COMAD:

- a) titular: Luciane Gobbo Brandão;
- b) suplente: Robert Wagner Sichmann.

XVII - representante do Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú - CONSEME:

- a) titular: Dayane Regina Masselai;
- b) suplente: Suelen Mateus Albini da Silva.

XVIII - representante do Conselho Alimentação Escolar - CAE:

- a) titular: Andrea Hostins;
- b) suplente: Denize Pinheiro Carneiro.

XIX - representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

- a) titular: Angela Maria Simão Hoemke;
- b) suplente: Maria Helena Gruhlke Toniazzo.

XX - representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD:

- a) titular: Luciana Eugenia Dalle Nora Galli;**
- b) suplente: Regina Moro Dal Bem.**

XXI - representante do Sindicato dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - SISEMBC, indicado pelo Sindicato:

- a) titular: Elaisa Aparecida do Rosário Santos;**
- b) suplente: Claudiana Bastos da Silva.**

XXII - representante da Associação de Professores de Balneário Camboriú - APROBC:

- a) titular: Valeria Arend Rosa;**
- b) suplente: Marcos Antônio da Silva.**

XXIII - representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Camboriú - APAE:

- a) titular: Paula Dilda;**
- b) suplente: Josiane Steil.**

XXIV - representante da Associação de Pais e Amigos do Autista - AMA Litoral SC:

- a) titular: Catia Cristiane Purnhagen Franzoi;**
- b) suplente: Deise Padoan.**

XXV - representante da Associação Amor pra Down:

- a) titular: Mayra Fabricia Silva;**
- b) suplente: Sandra Mara Martins Severino.**

XXVI - representante da Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Balneário Camboriú - AMPE:

- a) titular: Daniel Lima Oliveira;**
- b) suplente: Kátia Geraldo dos Santos.**

XXVII - representante da Associação da Comunidade Quilombola do Morro do Boi:

- a) titular: Sueli Marlete Leodoro.**

XXVIII - representante do Sindicato da Construção Civil de Balneário Camboriú - SINDUSCON:

- a) titular: Gilmar Edson Koeddermann;**
- b) suplente: Emanuel Duarte de Souza.**

XXIX - representante da União das Associações de Moradores de Balneário Camboriú - UNIBAC:

- a) titular: Daniane Denize Hannibal;
- b) suplente: Rafael Militão José.

XXX - representante da Organização da Sociedade Civil Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social - PAIS:

- a) titular: Samara Dawud;
- b) suplente: Thifani Elias Vargas.

XXXI - representante das escolas particulares:

- a) titular: Marizol Schwartz;
- b) suplente: Aline Luiza Tonezer Pereira.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PME	10
3. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	11
4. META 1	11
META 1	12
META 1	13
META 1	14
META 2	15
META 2	16
META 2	17
META 2	18
META 3	19
META 3	20
META 3	21
META 3	22
META 4	22
META 4	23
META 4	24
META 4	25
META 4	26
META 4	27
META 4	28
META 5	29
META 5	30
META 5	31
META 6	31
META 6	32
META 6	33
META 6	34
META 7	34

SUMÁRIO

META 7	35
META 7	36
META 7	37
META 7	38
META 7	39
META 7	40
META 8	41
META 8	42
META 9	42
META 9	43
META 9	44
META 10	44
META 10	45
META 11	46
META 11	47
META 12	48
META 12	49
META 13	50
META 14	51
META 14	52
META 15	53
META 15	54
META 16	55
META 16	56
META 17	57
META 17	58
META 18	59
META 18	60
META 18	61
META 19	62

SUMÁRIO

META 19	63
META 19	64
META 20	64
META 20	65
META 20	66
META 20	67

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2015-2025 (PME), tem o objetivo de monitorar e avaliar as Metas e Estratégias do anexo da Lei municipal Nº 3862/2015 que instituiu o plano. O PME é o principal instrumento norteador das políticas, programas e ações do governo municipal desenvolvidos em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Estadual de Educação. Todas as Metas e Estratégias do Plano foram desenvolvidas para que haja a oferta de educação de qualidade, de forma equânime e laica em relação aos direitos dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO PME

A Equipe Técnica de Monitoramento do PME junto com a Comissão Coordenadora apresenta à comunidade local um relevante produto de seu trabalho, avaliando e monitorando a educação do município para dar subsídios ao planejamento de políticas educacionais em nível local.

O Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2015-2025 (PME), apresenta os resultados alcançados, onde esse instrumento é o principal norteador de políticas, programas e ações que auxiliam o governo municipal para que haja a oferta de educação de qualidade, de forma equânime e laica para os seus munícipes.

O monitoramento contínuo realizado, apresenta dados importantes para que sejam determinadas novas ações e correções de percurso para o alcance das 20 metas do PME. O relatório, além de apresentar as Metas e Estratégias, apresenta inclusive as ações que o município já realizou e que pretende realizar em prol do cumprimento do PME, apresentando principalmente os indicadores educacionais para cada meta.

Nesse relatório são apresentados nos anexos as listas de presença das reuniões realizadas com as suas respectivas atas, bem como outros documentos que possam contribuir com o Relatório Final.

Os relatórios de monitoramento apresentados representam um esforço contínuo de aproximar a gestão educacional das expectativas da sociedade, por meio de um trabalho coletivo e democrático. Assim, entregamos à comunidade local este Relatório Final, com o propósito de contribuir para a educação municipal, oferecendo evidências qualificadas que reforcem o compromisso com uma educação pública de qualidade, como a que nossa sociedade merece.

META 1
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, 100% (cem por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS	STATUS
1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades e necessidades locais a partir da demanda reprimida registrada no Programa Fila Única para vagas em instituições públicas.	Parcialmente.
1.2) Realizar, periodicamente, atualização do Programa Fila Única, a fim de manter o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.	Realizado.
1.3) Manter normas e procedimentos de consulta pública da demanda das famílias por creches, através do Programa Fila Única e de editais próprios publicados anualmente, aprimorando a forma de acesso ao sistema.	Realizado.
1.4) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, a fim de construir no mínimo 5 unidades de educação infantil, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando as normas de acessibilidade, até o fim da vigência deste plano.	Parcialmente concluída. O relatório de monitoramento apresentou nota técnica com proposta de readequação da meta. As ações adotadas não conduziram a construção das 5 unidades.

<p>1.5) Aplicar a avaliação da qualidade da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, e monitorar, anualmente, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes com garantia da divulgação dos resultados para a comunidade.</p>	<p>O relatório aponta como concluída, porém existem apenas normativas federais e ações individualizadas nas unidades escolares, necessitando de unificação no âmbito municipal.</p>
<p>1.6) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a atualização dos currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos</p>	<p>O relatório aponta como concluído sugerindo a modificação com nota técnica, porém, ocorreram apenas ações pontuais.</p>
<p>1.7) Garantir o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar às crianças com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas, braile para crianças cegas da educação especial nessa etapa da educação básica.</p>	<p>Parcialmente, evidenciando matrículas crescentes de alunos com deficiência entre 2014 e 2024.</p>
<p>1.8) Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade</p>	<p>Parcialmente concluído, porém necessita da criação de um programa coordenado de equipes multidisciplinares.</p>
<p>1.9) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.</p>	<p>Parcialmente, porém, meta de difícil mensuração.</p>

1.10) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	Parcialmente, necessitando aprimorar a interface com os sistemas e cadastros unificados do Setor de Assistência Social.
1.11) Promover a busca ativa de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na unidade de educação infantil, em parceria com as áreas da saúde e assistência social, Conselho Tutelar, programa APOIA e Ministério Público.	Parcialmente, existe um procedimento padronizado, porém, indicadores não são apresentados no relatório.
1.12) Realizar e publicar, periodicamente, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.	Parcialmente, Fila Única e editais anuais comprovam a execução.
1.13) Implementar, em todos os NEIs, espaços artísticos e lúdicos de interatividade, considerando o contexto sociocultural e étnico, de meninos e meninas, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, parque infantil, área e quadra coberta.	Parcialmente, com sugestão de alteração da meta.
1.14) Criar até 2017, Programa de Dinheiro Direto na Escola Municipal- PDDEM, oriundo dos 25% (vinte e cinco por cento), com repasse semestral, dos recursos próprios, para manutenção da unidade e aquisição de materiais lúdicos e pedagógicos.	Não concluída, com sugestão do relatório de monitoramento de supressão da meta.
1.15) Construir no mínimo 5 unidades de educação infantil, que atendem, no máximo 20 crianças por sala; sendo 1 delas na região central e outra onde houver maior demanda, até 2017; e, outras 3 unidades, em local a ser definido também pela demanda, até o fim da vigência deste plano.	Parcialmente, porém, conforme relatório de monitoramento sugere-se a supressão da estratégia 1.15 por ser redundante, a estratégia 1.4 já prevê a construção de unidades de Educação Infantil, no entanto, as 5 unidades não foram construídas.
1.16) Criar mecanismos e instrumentos, de ordem jurídica, que possibilitem implementar parcerias entre o setor público e privado, para construção e reestruturação de unidades escolares de educação infantil	Parcialmente concluído.
1.17) Solicitar, junto ao Conselho Municipal da Educação, estudo sobre o impacto da alteração da data de corte para a entrada das crianças no Ensino Fundamental e a revogação da Resolução nº 2/2014.	Parcialmente concluído, o relatório aponta elaboração de normativa, porém, não foi realizado estudo de impacto.

1.18) Garantir, progressivamente, o atendimento em tempo integral da educação infantil, de preferência em espaços de convivência diferenciados.	Parcialmente, na rede municipal, o tempo integral ocorre apenas na creche.
1.19) Ampliar a disponibilidade de transporte escolar para saídas de campo das crianças da educação infantil.	Parcialmente, porém, há transporte disponível mediante agendamento desde 2014, somente para crianças de 4 a 5 anos.

ANÁLISE DA META 1

A análise realizada indica que a Meta 1 apresenta cumprimento parcial, com avanços importantes, porém insuficientes para atender plenamente aos objetivos de universalização da pré-escola e ampliação das vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos. Embora algumas estratégias tenham sido concluídas, como a atualização periódica da Fila Única e a manutenção de editais anuais de consulta pública, a maior parte das ações foi classificada como parcialmente executada, especialmente no que se refere à construção e reestruturação de unidades escolares, à ampliação do atendimento em tempo integral, ao fortalecimento da inclusão, à articulação intersetorial e à consolidação de avaliações sistemáticas da qualidade da Educação Infantil. Destaca-se ainda que algumas estratégias são de difícil mensuração ou carecem de indicadores, enquanto outras receberam recomendações de adequação ou supressão, como o PDDEM (1.14) e a estratégia de construção de cinco unidades (1.15), por redundância e ausência de execução. Observa-se também que iniciativas previstas como colaborações interinstitucionais e articulação com pesquisa e formação docente ocorreram apenas de forma pontual. Assim, apesar de evidências de esforços de gestão — como matrículas crescentes na educação especial, manutenção de espaços lúdicos e transporte escolar mediante agendamento — o conjunto das ações não alcançou o nível necessário para garantir expansão da oferta pública, padronização de processos e integralidade das políticas de primeira infância. Conclui-se, portanto, que a Meta 1 requer ajustes estruturantes, fortalecimento intersetorial, revisão de estratégias e ampliação de investimentos, a fim de assegurar progressos efetivos até o final da vigência do PME. A consulta pública referente à Meta 1 evidenciou que a avaliação da comunidade converge para a necessidade de expandir a rede pública de Educação Infantil, com construção de novas unidades, ampliação das existentes e aumento da oferta de período integral e contraturno. As contribuições também ressaltam a importância de qualificar o ensino, incluindo conteúdos diversificados e práticas pedagógicas mais estruturadas, além de garantir atendimento adequado às crianças com necessidades específicas. A população manifesta preocupação com a dependência de vagas privadas e vouchers, defendendo maior investimento público, manutenção adequada das escolas e transparência sobre a distribuição de vagas. Outras demandas incluem melhoria de infraestrutura, materiais pedagógicos, qualificação e valorização de profissionais, adequação do número de docentes por turma e modernização dos sistemas de gestão. Em síntese, a comunidade aponta que é necessária maior expansão da oferta pública, elevação da qualidade pedagógica e valorização das condições de trabalho para atendimento pleno da Meta 1.

META 2
Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS	STATUS
2.1) Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configuram a base nacional comum curricular do ensino fundamental.	Parcialmente.
2.2) Intensificar ações de acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental visando a redução das taxas de reprovação, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede de Ensino, a partir da aprovação do PME, com garantia e ampliação gradativa da Equipe Multiprofissional (professor de Apoio Pedagógico, Psicólogo e Fonoaudiólogo).	Parcialmente concluído, apresentando dados de taxa total de rendimento.
2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. Bem como com a Rede Intersetorial do município.	Não concluído.
2.4) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, Conselho Tutelar, programa APOIA e Ministério Público.	Parcialmente, o relatório aponta o termo de cooperação técnica.
2.5) Implantar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e a comunidade, considerando as especificidades da educação especial.	Parcialmente.

2.6) Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais (Fundação Cultural, Projeto Oficinas de Ensino Complementar, Fundação de Esportes, Sistema S e Secretaria de Turismo) a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	Não executado.
2.7) Promover ações de incentivo à participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias. Ressaltando a obrigatoriedade da participação dos pais nesse processo, descrita Lei Art. 246 do código penal e Art. do ECA.	Parcialmente, porém, não há instrumentos unificados no município.
2.8) Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, em parceria com outros órgãos e Secretarias, inclusive, certames e concursos de âmbito nacional, estadual e municipal.	Parcialmente. O relatório apresenta dados de turmas complementares, porém, não acessíveis a todas as idades.
2.9) Promover e incentivar a participação dos alunos em atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas, durante o horário escolar das escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.	Parcialmente, apresentando somente o JEBC como iniciativa.
2.10) Efetivar ações com órgãos não governamentais e governamentais, áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.	Parcialmente, apresentando somente a AMA Itinerante como iniciativa.
2.11) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar de qualidade, acessível com segurança, monitores e ações práticas para saídas de campo.	Não executado.
2.12) Estimular a inclusão e permanência dos estudantes na educação pública com material pedagógico, laboratórios didáticos, bibliotecas informatizadas com acervo atualizado.	Não executado.

2.13) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região. Monitorando a elaboração do cardápio conforme recomendado por nutricionistas.	Parcialmente. Relatório apresenta dados dos recursos do PNAE.
2.14) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e em constante formação continuada como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem	Parcialmente. Relatório apresenta porcentagem de escolas com bibliotecas, porém, há a necessidade de renovação do acervo e formação continuada dos profissionais.
2.15) Efetivar a correção das distorções idade/ano com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção em classes de aceleração e acompanhamento nos anos posteriores na unidade escolar.	Parcialmente, o relatório apresenta a taxa de distorção idade/série.
2.16) Garantir a implementação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina no Sistema Estadual de Ensino e da Proposta Curricular de Balneário Camboriú nas escolas da Rede Municipal de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.	Parcialmente, o relatório apresenta normativas vigentes.
2.17) Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos, e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento do potencial cognitivo, emocional e social dos alunos.	Parcialmente, o relatório apresenta dados das matrículas dos estudantes da educação especial.
2.18) Assegurar aos profissionais da educação o conhecimento prévio e estudo sistemático do Projeto Político-Pedagógico.	Parcialmente.
2.19) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, permanência do aproveitamento escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com vistas à prevenção das situações de discriminação, preconceito e violência na escola.	Parcialmente, porém, não há comprovação de dados.
2.20) Assegurar transporte escolar gratuito para atendimento das necessidades educacionais da comunidade Quilombola Morro do Boi.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 2

A meta 2 apresenta cumprimento predominantemente parcial, evidenciando que, embora haja iniciativas em andamento, o conjunto das estratégias não foi suficiente para garantir a universalização plena do ensino fundamental de nove anos e a conclusão dessa etapa na idade recomendada por pelo menos 95% dos estudantes. A avaliação do Grupo de Trabalho aponta avanços pontuais, como a pactuação parcial da Base Nacional Comum Curricular, a ampliação de ações de acompanhamento pedagógico e o registro de taxas de rendimento escolar, além da manutenção de programas complementares como o JEBC, AMA Itinerante e ações vinculadas ao PNAE. Contudo, identifica-se fragilidade significativa na intersetorialidade, uma vez que estratégias essenciais envolvendo articulação com assistência social, saúde, órgãos de proteção e entidades culturais não foram efetivamente implementadas ou carecem de instrumentos unificados e indicadores consistentes. Destacam-se ainda estratégias não executadas, como transporte escolar seguro para todas as necessidades e a ampliação de laboratórios, bibliotecas informatizadas e recursos pedagógicos essenciais. Apesar do registro de iniciativas extracurriculares e turmas complementares, o acesso permanece desigual entre faixas etárias e unidades escolares. Ademais, a correção da distorção idade/ano, a inclusão escolar e as ações de monitoramento de estudantes em medidas socioeducativas foram conduzidas apenas parcialmente, com ausência de dados sistematizados. A análise evidencia, portanto, a necessidade de fortalecimento de políticas estruturantes, aprimoramento de sistemas de monitoramento, expansão de equipes multiprofissionais e consolidação de práticas articuladas entre setores, de modo a garantir condições reais para o acesso, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes até o término da vigência do PME. A consulta pública da Meta 2 evidenciou que a avaliação da comunidade enfatiza a necessidade de garantir que a progressão dos estudantes ocorra com base na aprendizagem real, demandando ampliação do reforço escolar, fortalecimento do apoio pedagógico e implementação de programas de recuperação e aceleração. As contribuições destacam ainda a importância de expandir o ensino em tempo integral e o contraturno, priorizar o atendimento na rede pública em detrimento dos vouchers, revisar conteúdos e metodologias para alinhamento às demandas atuais e aprimorar a gestão escolar, com maior captação de recursos e cumprimento das normativas. A população também aponta a necessidade de incentivar a leitura, escrita e interpretação, ampliar a participação das famílias e fortalecer a integração entre pais, escola e APP. Em relação aos profissionais, há forte demanda por valorização da carreira, melhores condições de trabalho, salários adequados, formação continuada e contratação de equipes multiprofissionais, incluindo psicólogos e assistentes sociais. No campo da infraestrutura, a comunidade reivindica construção e reforma de escolas, redução do número de alunos por turma, ampliação de espaços pedagógicos adequados e investimentos em tecnologia e laboratórios. Em síntese, as contribuições convergem para o fortalecimento da aprendizagem, melhoria das condições de trabalho e ampliação da rede pública com infraestrutura adequada e oferta de ensino fundamental de maior qualidade.

META 3
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

ESTRATÉGIAS	STATUS
3.1) Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	Parcialmente.
3.2) Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.	Parcialmente.
3.3) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;	Não.

<p>3.4) Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.</p>	Parcialmente.
<p>3.5) Expandir a oferta de matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, garantindo igualdade de condições de acesso e permanência a todos.</p>	Parcialmente.
<p>3.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas buscando a colaboração com as famílias, junto aos programas sociais de forma intersetorial.</p>	Parcialmente.
<p>3.7) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial em atendimento ao zoneamento das escolas de ensino médio, de forma a atender a demanda, respeitando, conforme a lei o número de alunos por sala e a realidade da comunidade onde a escola está inserida.</p>	Parcialmente.
<p>3.8) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão, buscando o auxílio do corpo técnico multidisciplinar.</p>	Parcialmente.

3.9) Viabilizar espaço específico e adequado para a equipe multidisciplinar atuar no atendimento à prevenção a todas as formas de discriminação.	Parcialmente.
3.10) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	Parcialmente.
3.11) Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.	Não.
3.12) Promover, em parceria com Instituições de Ensino Superior, e incentivar os jovens do Ensino Médio a participarem de Programas de Orientação Profissional.	Não.
3.13) Ofertar, em parceria com Instituições de Ensino Superior e Cursos Pré- vestibulares, aulas gratuitas para alunos do Ensino Médio de escolas públicas, atendendo a todos os períodos escolares.	Não.
3.14) Possibilitar a construção de mais unidades escolares, bem como, ajustar os espaços das unidades existentes com infraestrutura para auditórios, laboratórios, refeitórios conforme demanda da comunidade.	Não.

ANÁLISE DA META 3

Ao longo do decênio, foram observados avanços pontuais relacionados à qualificação pedagógica, ações intersetoriais e articulação institucional. Entretanto, tais iniciativas não foram suficientes para garantir a universalização da matrícula nem atingir a taxa líquida de 90%. A maioria das ações previstas foi cumprida parcialmente, com duas estratégias não executadas (3.13 e 3.14), o que demonstra fragilidade na implementação sistemática desta política educacional. Das 14 estratégias previstas, 12 foram cumpridas parcialmente, abrangendo ações como implementação da BNCC, projetos culturais, monitoramento de vulnerabilidades, estímulo à ciência e tecnologia, convênios para estágios e orientação profissional. Quanto às 02 que não foram cumpridas: 3.13: oferta de aulas gratuitas em parceria com IES e cursos preparatórios. 3.14: construção de novas unidades e adequação da infraestrutura escolar.

ANÁLISE DA META 3

A parcialidade no cumprimento reflete limitações estruturais, ausência de expansão da rede estadual, falta de políticas permanentes de prevenção à evasão e oferta insuficiente de ensino médio profissionalizante. Os principais fatores que impediram o alcance da meta, estão relacionados a dependência da rede estadual para ampliação de vagas e infraestrutura, insuficiência de políticas robustas para permanência escolar e enfrentamento da evasão, crescimento limitado da oferta de ensino médio integrado à educação profissional, e a falta de investimento em programas preparatórios para o ENEM e acesso ao ensino superior. Apesar de iniciativas relevantes, como ações culturais, intersetoriais e formação docente, a execução fragmentada compromete os resultados esperados. Por fim, a meta 3 não foi atingida no decênio 2015–2025. O município apresentou avanços importantes, porém insuficientes para garantir a universalização do atendimento e a elevação da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio. Recomenda-se que o próximo ciclo do PME priorize a expansão da oferta escolar, políticas permanentes de permanência e acompanhamento de adolescentes em vulnerabilidade, fortalecimento da educação profissional e ações estruturadas de enfrentamento à evasão e preparação para o ENEM.

META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS	STATUS
4.1) Garantir, junto aos órgãos competentes a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	Sim.

<p>4.2) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.</p>	Parcialmente.
<p>4.3) Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>	Parcialmente.
<p>4.4) Promover busca ativa da demanda não manifesta através das entidades que atendem crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.</p>	Parcialmente.
<p>4.5) Manter, junto ao governo federal e ampliar ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais de acordo com a demanda manifesta, em consonância as normas de acessibilidade, garantindo o repasse de recursos necessários para sua funcionalidade, provendo assim a aquisição dos materiais.</p>	Parcialmente.
<p>4.6) Garantir a formação continuada em educação especial, de no mínimo 40 horas/ano, da equipe de profissionais da educação e de apoio em educação especial.</p>	Parcialmente.
<p>4.7) Favorecer a discussão da temática de educação especial de forma transversal às demais formações continuadas oferecidas a este público.</p>	Parcialmente.

<p>4.8) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede de ensino no município, conforme necessidade identificada por meio de avaliação feita por equipe especializada, ouvidos professores, a família e o aluno.</p>	<p>Parcialmente.</p>
<p>4.9) Estimular, de acordo com a necessidade local, a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, inclusive terapia ocupacional e fisioterapia, assistência social, pedagogia, psicopedagogia, fonoaudiologia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.</p>	<p>Parcialmente.</p>
<p>4.10) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade instrumental, metodológica, atitudinal, comunicacional e arquitetônica nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista, por meio da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação pela equipe especializada dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.</p>	<p>Parcialmente.</p>
<p>4.11) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(às) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos e do sistema FM para pessoas com deficiência auditiva.</p>	<p>Parcialmente.</p>

4.12) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação junto ao combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	Sim.
4.13) Fomentar e divulgar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Parcialmente.
4.14) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	Não.
4.15) Promover a articulação intersetorialmente entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	Parcialmente.
4.16) Garantir a ampliação das equipes de profissionais da educação e de apoio para alunos com deficiência, conforme LDB art. 61, Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2002 e o constante no item VI, artigo 10 da Resolução CNE/CEB 4/2009, para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Parcialmente.

4.17) Recomendar ao Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência a criação de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a pessoas com deficiência.	Parcialmente.
4.18) Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, bem como o atendimento na educação de jovens e adultos.	Parcialmente.
4.19) Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Não.
4.20) Promover parcerias com instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público visando ampliar a oferta de formação continuada e a orientação de recursos que favoreçam a aprendizagem, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.	Sim.
4.21) Incentivar que as escolas de educação básica promovam espaços para a participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.	Parcialmente.
4.22) Garantir o atendimento educacional em fonoaudiologia e psicologia, dentro das unidades de ensino da educação básica, para fins de prevenção e acompanhamento.	Parcialmente.

4.23) Garantir a participação do professor de atendimento educacional especializado nos momentos de planejamento dos professores de ensino regular, possibilitando trocas de experiência, informações e orientações que atendam as especificidades de todos os alunos.	Sim.
4.24) Garantir ao profissional auxiliar que atue no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção, inclusive nas instituições privadas, sendo responsabilidade da própria instituição a oferta desse profissional, comprovado através de avaliação por equipe especializada, conforme a necessidade do aluno.	Parcialmente.
4.25) Realizar estudo de caso entre professores de sala de aula e professores de atendimento educacional especializado no início do ano letivo e nas paradas pedagógicas.	Sim.
4.26) Garantir, quando necessário, serviços e materiais pedagógicos, a fim de promover a alfabetização e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.	Sim.

ANÁLISE DA META 4
<p>A implementação das ações previstas avançou em direção ao objetivo central de organizar o sistema educacional para garantir uma educação inclusiva que reconheça e acolha a diversidade, conforme orientações da LDB, do PME e das normativas federais de Educação Especial. Houve progressos na conformidade com a legislação de financiamento (Lei nº 11.494/2007), no cômputo das matrículas para fins do FUNDEB e na ampliação e manutenção das salas de recursos multifuncionais, assegurando atenção parcial às necessidades de acessibilidade e ao atendimento educacional especializado. Observou-se expansão relativa da oferta do AEE e de serviços especializados, bem como iniciativas de formação continuada, busca ativa, articulação intersetorial e parcerias com instituições conveniadas e acadêmicas. Também foram ampliadas ações que envolvem o uso de recursos de tecnologia assistiva, o atendimento em LIBRAS, materiais acessíveis (como Braille e sistema FM), e a presença de profissionais de apoio. Em alguns contextos, houve avanços na integração entre professores do ensino regular e docentes do AEE, no apoio multiprofissional e na coleta inicial de dados sobre estudantes público-alvo da Educação Especial.</p> <p>Entretanto, o conjunto das estratégias apresenta execução parcial, tendo em vista limitações estruturais, financeiras e operacionais que persistem em várias frentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> – cobertura ainda insuficiente do AEE em relação à demanda; – fragilidades nos processos de avaliação, encaminhamento e acompanhamento continuado dos estudantes;

- baixa capilaridade das ações de busca ativa e mapeamento incompleto da população-alvo;
- irregularidade ou insuficiência de repasses para manutenção plena das SRM e aquisição de materiais;
- formação continuada abaixo da carga mínima e ausência de transversalidade sistemática do tema em todas as formações;
- ausência de consolidação de centros multiprofissionais e de fluxos intersetoriais permanentes;
- lacunas na implementação da educação bilíngue em LIBRAS e na oferta regular dos serviços de psicologia e fonoaudiologia;
- dificuldade de instituir indicadores de qualidade, mecanismos de supervisão e pesquisas aplicadas que subsidiem políticas intersetoriais;
- limitações na expansão das equipes de apoio e na padronização do atendimento nas redes pública e privada.

Dessa forma, embora haja avanços consistentes em diversas dimensões, como a infraestrutura, formação, articulação institucional, acessibilidade e serviços especializados, esses progressos não se consolidaram de forma uniforme ou sistemática em toda a rede. A execução permanece parcial devido à necessidade de ampliar a cobertura, fortalecer os mecanismos de gestão e monitoramento, qualificar o uso dos recursos, assegurar continuidade intersetorial e aprimorar as condições técnicas e financeiras para que a inclusão seja efetiva e integral ao longo de toda a trajetória educacional.

META 5
Alfabetizar todas as crianças durante o ciclo de alfabetização que compreende do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS	STATUS
5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, por meio de formações e trocas de experiências, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Educação Infantil e com Apoio Pedagógico específico na área de alfabetização.	Parcialmente.
5.2) Estimular a permanência dos professores alfabetizadores para o ciclo de alfabetização que compreende do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental garantindo, a formação continuada e prevendo, até o 4º ano de vigência deste plano, a revisão da gratificação de função no Estatuto do Magistério.	Não.
5.3) Garantir a aplicabilidade dos instrumentos de avaliação nacional e municipal, durante o ciclo de alfabetização, bem como estimular as escolas a criarem os seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento.	Parcialmente.
5.4) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	Parcialmente.
5.5) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	Parcialmente.
5.6) Promover e estimular, anualmente, a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com foco nas novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação com programas de pós-graduação stricto sensu.	Parcialmente.

5.7) Garantir políticas públicas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Parcialmente.
5.8) Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.	Parcialmente.
5.9) Acompanhar o cumprimento da lei Municipal de Incentivo à leitura (LEI Nº 3242, de 14 de fevereiro de 2011).	Parcialmente.
5.10) Promover a capacitação de professores de musicalização que atuam, nos Anos Iniciais, nas escolas da Rede Municipal de Ensino assegurando ambientes e materiais adequados para o desenvolvimento do trabalho.	Não.
5.11) Garantir a inclusão de alunos das diversas nacionalidades, no ciclo de alfabetização, proporcionando adaptação escolar e aulas de Apoio Pedagógico que atendam às suas necessidades.	Parcialmente.
5.12) Aderir aos Programas e Projetos do Ministério de Educação - MEC que favoreçam a aprendizagem em todas as etapas, oferecendo todo o suporte necessário para sua implementação e realização no município.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 5

Durante o decênio, o município promoveu formações, desenvolveu tecnologias educacionais e ampliou práticas pedagógicas voltadas à alfabetização. Apesar dos avanços, a meta não foi plenamente atingida, pois persistem diferenças de desempenho entre escolas, oscilações nos indicadores e desafios relacionados à permanência de professores alfabetizadores, inclusão e estruturação de políticas contínuas. A maioria das ações foi parcialmente cumprida, indicando que houve esforço, porém sem consolidação de políticas amplas e permanentes. Duas estratégias foram não cumpridas (5.2 e 5.10), ambas relacionadas à valorização de profissionais essenciais no processo de alfabetização, essas lacunas impactaram diretamente o fortalecimento e a continuidade do ciclo de alfabetização. Os principais fatores que limitaram o alcance pleno da meta foram a falta de política estruturada para fixação de professores alfabetizadores, ausência de revisão de gratificação prevista no PME, carência de investimentos contínuos em musicalização e ambientes pedagógicos adequados, desafios na inclusão de alunos com deficiência e de diferentes nacionalidades, práticas pedagógicas inovadoras implementadas

ANÁLISE DA META 5

sem acompanhamento sistematizado e as oscilações nos resultados de avaliações externas, especialmente após o período pós-pandemia. Apesar das formações e do uso de tecnologias educacionais, a alfabetização ainda depende de ações permanentes, continuidade profissional e acompanhamento rigoroso dos indicadores. Por fim, a meta 5 foi parcialmente alcançada, com avanços pedagógicos relevantes, porém insuficientes para garantir a alfabetização plena de todas as crianças até o final do 3º ano. Recomenda-se que o próximo ciclo do PME, se fortaleça as políticas de valorização e permanência de professores alfabetizadores, ampliação de ações inclusivas e interdisciplinares (como musicalização, etc), a consolidação de processos de monitoramento e avaliações contínuas, intensifique programas de leitura e formação de mediadores, e o maior investimento em práticas e tecnologias inovadoras acompanhadas por resultados mensuráveis.

META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS	STATUS
6.1) Promover, com o apoio da União, do Estado e do Município, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive artísticas, culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola e/ou centros de contraturno ou sob suas responsabilidades, passe a ser igual a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.	Parcialmente. A educação em tempo integral diminuiu, pois em 2015 ofertava 70,2% e em 2024 passou para 42.6%. O dado é incompatível com a realidade observada na rede. Ex: No ano de 2017, o relatório aponta que 100% da rede ofertava educação integral, o que, evidentemente, está equivocado.
6.2) Instituir, em regime de colaboração da União, Estado, Município e comunidade local, programa de construção ou adequação de centros de contraturno e escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades carentes ou com maior índice de vulnerabilidade social.	Parcialmente.

6.3) Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, piscinas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar alimentos, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	Parcialmente. Em 2015 era 73% e passou em 2022 para 97%.
6.4) Garantir através de projetos específicos e aprovados pela Secretaria de Educação, a articulação da escola e centros de atendimento contraturno com os diferentes espaços educativos, artísticos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, praia, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.	Parcialmente.
6.5) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas.	Parcialmente. Em 2015 eram 23 matrículas e em 2024 passou para 284 matrículas.
6.6) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola e centros de contraturno, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas e ações de educação nutricional e de educação para a saúde, Meio Ambiente e segurança.	Parcialmente.
6.7) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola e centros de contraturno em tempo integral, conforme legislação específica.	Parcialmente. Em 2014 o valor investido era R\$37.303,00 e em 2016 passou para R\$73.096,00. Não foram apresentados dados de 2017 e 2024.
6.8) Viabilizar por meio de legislação municipal que o projeto Oficinas de Ensino Complementar seja transformado em Centro de Atendimento de Contraturno, com sede própria e toda a infraestrutura necessária para atender em tempo integral.	Parcialmente. Em 2015 3.569 matrículas em 2024 passaram para 2.598. Ou seja, houve uma redução do número de estudantes contemplados no período.

6.9) Apoiar as atividades do Centro de Atendimento de Contraturno e escolas integrais subsidiando seu funcionamento com apoio material e profissional e garantia da regência de classe.	Parcialmente. Em 2015 eram 22 escolas e em 2024 passou para 19 escolas.
6.10) Regularizar por meio de legislação pertinente o funcionamento das escolas que aderirem o atendimento em tempo integral estipulando carga horária dos professores bem como número e formato das oficinas a serem ofertadas.	Parcialmente.
6.11) Implementar nas unidades de atendimento integral, oficinas de leitura, produção textual e matemática.	Parcialmente.
6.12) Ampliar a oferta de língua estrangeira no centro de atendimento de contraturno.	Parcialmente.
6.13) Promover a articulação curricular, na perspectiva de um currículo integrado que envolva todas as atividades ofertadas no ambiente escolar, favorecendo o planejamento coletivo em torno da proposta pedagógica da instituição.	Parcialmente.
6.14) Promover a aproximação entre a escola integral, às famílias e a comunidade, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o projeto educacional, estabelecendo parcerias com órgãos e entidades de atendimento e assistência à criança e ao adolescente.	Não.

ANÁLISE DA META 6
<p>A Meta 6 dispõe de 14 estratégias, das quais 13 foram atingidas parcialmente e 01 não foi alcançada, correspondendo a 92% de cumprimento parcial e 8% de não cumprimento.</p> <p>As respostas apontam que a oferta de educação em tempo integral no município é insuficiente e desigual, com poucas vagas e falta de estrutura física para expandir a modalidade.</p> <p>A comunidade destaca que tempo integral não é apenas ficar mais horas na escola, mas exige um projeto pedagógico consistente, com currículo estruturado, oficinas, esporte, cultura e reforço.</p> <p>As sugestões incluem: ampliar o número de escolas de tempo integral em todas as regiões; garantir vagas para quem desejar; organizar um currículo funcional; oferecer oficinas variadas; fortalecer o apoio pedagógico; e assegurar qualidade, universalidade e gratuidade. Há consenso sobre a necessidade de grandes investimentos: construção e ampliação de escolas,</p>

ANÁLISE DA META 6

melhoria de espaços (laboratórios, bibliotecas, quadras), contratação de professores e profissionais para o contraturno. Sem planejamento e equipe adequada, o modelo tende a ser improvisado e de baixa qualidade.

Em síntese, a comunidade considera a educação em tempo integral necessária, mas viável apenas com expansão real de vagas, infraestrutura adequada, planejamento sólido e um projeto pedagógico completo. Foi observada uma grande disparidade entre os dados do monitoramento e a realidade observada na rede. Os percentuais apontados são muito superiores à oferta de Educação Integral do município.

META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL	6,0	6,2	6,4	6,6
ANOS FINAIS ENSINO FUNDAMENTAL	4,8	5,0	5,2	5,5
ENSINO MÉDIO	4,7	5,2	5,4	5,6

ESTRATÉGIAS	STATUS
7.1) Estabelecer e implantar, conforme orientações do Governo Federal, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio.	Parcialmente.

7.2) Assegurar que no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.	Parcialmente.
7.3) Assegurar que no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.	Parcialmente.
7.4) Instituir, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	Parcialmente.
7.5) Instituir o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	Parcialmente.
7.6) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	Parcialmente.

7.7) Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.	Parcialmente. Em 2015 o número de pessoas atendidas com surdez era 07 e deficiência auditiva 19; em 2024 o número de pessoas surdas era 17 e 37 com deficiência auditiva.
7.8) Fomentar ações para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA.	Parcialmente.
7.9) Promover o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas. Assegurados neste item formação tecnológica para os profissionais da educação.	Parcialmente.
7.10) A partir da demanda local garantir monitores, transporte gratuito com acessibilidade na faixa etária da educação obrigatória, visando segurança dos alunos e sua permanência na escola.	Parcialmente. Houve grande oscilação nos repasses do PNATE entre 2015 e 2024, observa-se que o maior valor repassado para o município foi em 2018 com R\$3.377,71 e repasse zero em 2019 e 2024.
7.11) Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	Parcialmente. Em 2015 0,04% computadores por estudante e 2022 0,02% por estudante. Ou seja, o indicador piorou no período.

7.12) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive a internet, assegurando manutenção periódica dos equipamentos.	Parcialmente. Em 2015, 51% escolas com biblioteca e em 2024 passou para 43%. Este indicador sofreu piora no período analisado.
7.13) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Parcialmente. Em 2015 repasse de R\$1.415.528,00 e em 2024 R\$2.287.587,49.
7.14) Assegurar às escolas públicas de educação básica o acesso a equipamentos de segurança e evacuação predial, energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo sustentável de resíduos sólidos, com treinamento qualificado para todos os profissionais da educação.	Parcialmente. Houve redução em 2015 de 100% e em 2022, 97%.
7.15) Garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e informática, em cada edifício escolar, com garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência.	Parcialmente. Em 2015, 94% e em 2024, 100%. Foi observado que os dados não correspondem à realidade da rede. Ex: muitas unidades não tem laboratório de informática funcional.
7.16) Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.	Não.
7.17) Garantir em regime de colaboração com a Secretaria de Segurança, Conselho Tutelar, COMAD e CMDCA políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	Parcialmente.

7.18) Colaborar, com os mecanismos de proteção à infância e juventude, na implementação de políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Parcialmente.
7.19) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. Oferecendo formação continuada e oportunidades de trocas de experiências entre os professores.	Parcialmente.
7.20) Prestar toda a assistência necessária ao Serviço Social da educação no intuito de mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	Parcialmente.
7.21) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, visando a melhoria da qualidade educacional.	Parcialmente.
7.22) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Viabilizando o atendimento no menor prazo possível.	Não.
7.23) Estabelecer parcerias nas ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Parcialmente.

7.24) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	Parcialmente.
7.25) Orientar e acompanhar as escolas traçando ações efetivas na busca por melhores índices no IDEB.	Parcialmente.
7.26) Institucionalizar programas e desenvolver projetos e metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado. Oferecendo suporte por meio da Secretaria Municipal e Estadual de Ensino.	Não.
7.27) Assegurar reforma, renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.	Não.
7.28) Reconhecer e apoiar as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.	Parcialmente.
7.29) Reestruturar e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdo obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	Parcialmente.
7.30) Primar pela garantia da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	Parcialmente.

7.31) Colaborar com pesquisas que visem a elaboração de currículos e propostas pedagógicas de incorporação dos avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.	Parcialmente.
7.32) Implantar salas ambientes, nas unidades da rede municipal de ensino, sempre que os espaços escolares permitirem, dotando-as de equipamentos necessários para melhor assessorar os professores	Não.

ANÁLISE DA META 7

A Meta 7 possuía 32 estratégias, das quais 27 foram atingidas parcialmente e 5 não foram alcançadas, correspondendo a 84% de cumprimento parcial e 16% de não cumprimento.

As respostas apontam, que não é possível falar em qualidade educacional enquanto persistirem desigualdades salariais e condições de trabalho tão distintas entre profissionais que exercem a mesma função. Outro eixo central das manifestações é a crítica ao modelo de cobrança por metas e resultados, especialmente os ligados ao IDEB.

Associado a isso, fatores estruturais como turmas lotadas, insuficiência de apoio multidisciplinar e crescente indisciplina contribuem para o esgotamento docente e prejudicam o desenvolvimento pedagógico.

As respostas também evidenciam a sobrecarga das escolas frente a processos como simulados e avaliações externas. Em paralelo, surgem queixas sobre fragilidades na infraestrutura pedagógica, como falta de laboratórios, bibliotecas e espaços para atividades educativas. As sugestões convergem para a necessidade de reorganizar o sistema: reestruturação do currículo da rede, reforço escolar no contraturno, melhoria das condições físicas das escolas, ampliação do apoio psicopedagógico e formação continuada por área de conhecimento. Também foram propostos programas estruturados, como alfabetização na idade certa, acompanhamento pedagógico sistemático e parcerias com universidades, além de maior participação e corresponsabilização das famílias no processo educativo.

META 8
Contribuir com a meta de elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, respeitado o Sistema de Cotas das Universidades.

ESTRATÉGIAS	STATUS
8.1) Implementar ações no ambiente escolar que visem a conscientização de todos para a diminuição das desigualdades sociais possibilitando sempre que necessário a inserção de todos com os mesmos padrões de qualidade e atendimento.	Parcialmente. A taxa de evasão no ensino médio em 2015 era de 9%, e em 2023, 9,5%.
8.2) Intensificar mecanismos de busca ativa promovendo o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.	Parcialmente.
8.3) Contribuir com a redução das desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.	Parcialmente. Em 2015 eram 356 matrículas e em 2024, 635 matrículas.
8.4) Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.	Não.
8.5) Aderir, em regime de colaboração, à oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e institutos federais, para os segmentos populacionais considerados.	Não.

ANÁLISE DA META 8

A Meta 8 possui 5 estratégias, das quais 3 foram atingidas parcialmente e 2 não foram alcançadas, correspondendo a 60% de cumprimento parcial e 40% de não cumprimento.

As respostas afirmam que ainda falta transparência sobre os dados de escolaridade da população jovem e adulta, dificultando que as escolas compreendam indicadores como permanência, abandono, conclusão do Ensino Médio e retorno aos estudos.

Para parte dos respondentes, sem acesso a essas informações a rede não consegue planejar ações consistentes para elevação da escolaridade média.

Outro ponto mencionado é a insuficiência da preparação dos estudantes para a universidade. Algumas respostas aborda ainda temas como

cotas, inclusão e descentralização do CEJA, além da importância de busca ativa para jovens que ainda não concluíram os estudos. As sugestões apresentadas as preocupações: utilizar paradas pedagógicas para discutir dados reais da rede; ampliar formações para professores de área; construir parcerias entre município e Estado para um currículo articulado; promover metodologias que inspirem e engajem os alunos; criar espaços democráticos de discussão curricular; oferecer transporte para estudantes; garantir cursos pré-vestibulares e fortalecer ações de busca ativa para concluir trajetórias educacionais interrompidas.

Em síntese, os principais pontos indicam que o avanço na meta depende de maior fortalecimento curricular, preparação real para etapas posteriores de estudo, ampliação das oportunidades de acesso e permanência e políticas de apoio que reconheçam as diferentes realidades dos estudantes.

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 99% (noventa e nove por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS	STATUS
9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Parcialmente. No município em 2015 eram 695 matrículas, e em 2024, 540 matrículas. No estado, em 2015 eram 72.553 matrículas, e em 2024, 47.622 matrículas.

9.2) Realizar, por meio das secretarias estadual e municipal de educação, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.	Não.
9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	Parcialmente. Em 2015 eram 86 matrículas, e em 2023, 42 matrículas.
9.4) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação escolar.	Parcialmente. Em 2015 o repasse foi de R\$29.940,00 e em 2024 R\$29.220,00.
9.5) Apoiar as escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos na criação de projetos inovadores que visem o atendimento qualitativo dessa modalidade de ensino.	Parcialmente.
9.6) Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos	Não.
9.7) Incentivar o uso dos materiais didáticos oferecidos pelo MEC adaptando metodologias de acordo com as características de cada turma.	Não.
9.8) Revisar os currículos da EJA adequando-os, sempre que se considerar necessário, às especificidades locais e características da clientela.	Parcialmente.
9.9) Propor a criação, junto à Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, visando o atendimento às questões específicas deste segmento, no tocante às suas peculiaridades como o planejamento, a organização, a articulação, a coordenação, a integração, a execução e a avaliação das políticas públicas voltadas à EJA, que hoje não estão contempladas no organograma da referida secretaria.	Não.

ANÁLISE DA META 9

A Meta 9 conta com 9 estratégias, das quais 5 foram atingidas parcialmente e 4 não foram alcançadas, correspondendo a 55% de cumprimento parcial e 45% de não cumprimento.

As respostas indicam que o principal desafio da EJA no município é o acesso limitado, especialmente pela ausência de unidades nos bairros e pela oferta reduzida de vagas e horários. Muitos participantes também apontam falta de informações claras sobre matrícula, permanência e resultados, o que dificulta a orientação dos estudantes. Além disso, destacam a necessidade de melhorar a qualidade do ensino, com currículo mais dialogado, horários flexíveis e condições adequadas de trabalho para os professores.

As sugestões concentram-se na ampliação e descentralização da EJA, criação de turmas nos bairros, uso de espaços públicos existentes, maior divulgação da modalidade, garantia de transporte e alimentação, integração com qualificação profissional e fortalecimento da busca ativa para reinserir jovens e adultos nos estudos.

Em síntese, os pontos levantados reforçam a urgência de ampliar a oferta, facilitar o acesso, garantir permanência e qualificar o atendimento para que a EJA seja, de fato, um direito garantido pela constituição federal.

META 10

Oferecer, no mínimo, 15% (quinze por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, em parceria com a Secretaria de Inclusão Social, Secretaria de Saúde e institutos federais de educação, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS	STATUS
10.1) Aderir e participar do Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.	Parcialmente.
10.2) Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e profissionalização do trabalhador e da trabalhadora.	Parcialmente. No município em 2015 eram 695 matrículas, e em 2024, 540 matrículas. No estado, em 2015 eram 72.543 matrículas e em 2024, 47.622 matrículas.

10.3) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Parcialmente. Em 2015 eram 30 matrículas, e em 2024, 23 matrículas.
10.4) Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.	Parcialmente.
10.5) Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 10

A Meta 10 possui 5 estratégias, todas atingidas parcialmente, correspondendo a 100% de cumprimento parcial.

As respostas mostram que muitos participantes sentem falta de informações claras sobre os percentuais e dados relacionados à meta, o que dificulta qualquer avaliação mais precisa. Entre os que apontam necessidade de melhorias, destacam-se a ampliação da formação profissional, o fortalecimento de parcerias intersetoriais e a importância de uma visão mais integrada da educação, articulando formação básica e qualificação para o trabalho.

Também aparecem sugestões de ampliar a oferta em parceria com instituições como IFC e UDESC.

As propostas reforçam essa direção: divulgar dados da rede nas atividades pedagógicas; estabelecer parcerias entre município, Estado, instituições públicas de ensino superior e institutos federais; integrar qualificação profissional à EJA; adotar metodologias inovadoras e atrativas; e criar programas mais robustos que respondam às demandas concretas da comunidade.

META 11
<p>Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.</p>

ESTRATÉGIAS	STATUS
11.1) Buscar o apoio da união na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual e municipal de ensino.	Parcialmente.
11.2) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurando padrão de qualidade.	Parcialmente.
11.3) Promover a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	Parcialmente.
11.4) Cooperar, por meio de divulgação, da institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.	Parcialmente.
11.5) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.	Parcialmente.
11.6) Prestar assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.	Parcialmente.
11.7) Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica.	Parcialmente.

11.8) Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.	Parcialmente.
11.9) Fomentar e incentivar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado e município	Não.
11.10) Viabilizar a construção de espaço físico para formação profissional, bem como, buscar parcerias para atendimento à demanda da qualificação profissional.	Não.

ANALISE DA META 11

É evidente a necessidade de melhorias claras, especialmente na ampliação e qualificação do Ensino Médio profissionalizante. Destacam-se a importância de investimentos bem definidos, expansão da oferta técnica na rede pública, parcerias com o Sistema S e construção de novas escolas, além de visões que sugerem avanços amplos e estruturais. As propostas reforçam essas direções: divulgar dados nas paradas pedagógicas, estabelecer redes de parceria entre município, Estado, instituições de ensino superior e institutos federais, ampliar cursos técnicos conforme demandas regionais, ofertar o Ensino Médio profissionalizante nas escolas públicas e fortalecer a colaboração com o Sistema S. Também se destaca a criação de novos cursos, integração com programas como o PRONATEC e a necessidade de parcerias efetivas com organizações governamentais e não governamentais.

META 12

Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 35% (trinta e cinco por cento) da população de 18 dezoito a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão de matrículas nas instituições de ensino superior presentes no município.

ESTRATÉGIAS	STATUS
12.1) Articular junto à União e ao Estado a solicitação de Demanda de oferta de no mínimo 50 % das vagas de IES públicas em cursos noturnos.	Parcialmente.
12.2) Articular junto à União a solicitação de Demanda de oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica e ensino médio.	Não.
12.3) Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação pública municipal. Expandindo na Rede Municipal a oferta de bolsa escolar.	Parcialmente.
12.4) Articular e fomentar junto às IES do município a realização de estudos, pesquisas de inovações e mercado de trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município, visando pautar e criar base de dados e conhecimento científico para o município, fornecendo bolsas de estudo.	Não.
12.5) Participar com recursos financeiros na criação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes das IES públicas e privadas do município em cursos de graduação em âmbito nacional e internacional.	Parcialmente.
12.6) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior nas IES do município, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências exatas e biológicas, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, visando a inovação e a melhoria da qualidade da educação básica e média ofertadas no município.	Não.

12.7) Articular com a prefeitura Municipal de Balneário Camboriú a destinação, anual, de no mínimo 2% (dois por cento) da Receita orçada de impostos do Município, a bolsas de estudos para alunos carentes do ensino superior, residentes e domiciliados no município de Balneário Camboriú.	Não.
12.8) Ampliar programa de bolsas de estudos para funcionários do município que atuam na área da educação para até 3 (três) possibilidades de utilização do benefício com valor equivalente a, no mínimo, 50% do valor da mensalidade a título de bolsa de estudo.	Não.

ANALISE DA META 12

As respostas revelam que o acesso ao ensino superior ainda precisa ser ampliado e facilitado, especialmente para jovens da rede pública. Muitos apontam que o modelo atual, baseado quase exclusivamente no vestibular, é excludente e que é necessário diversificar as formas de ingresso e ampliar o número de vagas em universidades públicas e privadas. Também aparece com força a ideia de fortalecer parcerias com governos estadual e federal, além de instituições de ensino, para garantir mais oportunidades e maior alinhamento com políticas nacionais. Há quem defenda a criação de sistemas de cotas e incentivos específicos para estudantes de baixa renda, incluindo apoio à permanência. Outro ponto citado é a necessidade de exigir contrapartidas de alunos beneficiados com descontos, como comprovação de notas dentro da média e frequência mínima, visando garantir qualidade na formação e evitar que estudantes concluam cursos sem a devida preparação. Sugestões adicionais incluem maior profissionalização da educação voltada ao turismo, elaboração de projetos municipais mais sólidos e divulgação ampliada de informações sobre acesso ao ensino superior nas escolas e espaços formativos. No geral, as contribuições convergem para ampliar oportunidades, qualificar o acesso e fortalecer o vínculo entre município, instituições e políticas públicas.

META 13

Articular com a União a demanda de oferta de 6 (seis) mestrados e 2 (dois) doutorado até 2025 para garantir a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas IES do Município.

ESTRATÉGIAS	STATUS
13.1) Articular junto à União e às Instituições a oferta de pós-graduação Stricto Sensu no município, seguindo as necessidades de formação de profissionais na área da educação.	Parcialmente.
13.2) Promover, de forma articulada com a União, a formação continuada dos profissionais técnico administrativos da educação superior.	Não.

ANÁLISE DA META 13

As respostas evidenciam o forte consenso de que a formação dos profissionais da educação precisa ser valorizada e ampliada. Participantes afirmam que faltam incentivos reais para qualificação, destacando problemas como as poucas vagas para afastamento de professores que cursam pós-graduação e uma percepção de desvalorização de mestres e doutores na rede. Também há críticas à legislação municipal que, segundo alguns, retirou direitos e dificultou a progressão e a qualificação profissional. Outro ponto recorrente é a necessidade de ampliar a oferta de vagas para mestrado e doutorado, de forma planejada e alinhada às demandas reais da rede. Sugestão de que a concessão de licenças deveria ser orientada por mapeamento anual dos interessados, critérios claros e contrapartidas profissionais, garantindo que o conhecimento adquirido retorne para as escolas por meio de projetos, formações e ações estruturadas. As sugestões incluem flexibilização da carga horária para docentes estudantes, manutenção e expansão dos programas de qualificação já existentes, apoio financeiro para pesquisas e pós-graduação, e articulação institucional para ampliar a oferta local de programas stricto sensu. Há também solicitação de revisão de legislações. Em síntese, o grupo aponta a necessidade de políticas estruturadas, transparentes e contínuas, assegurando condições reais para estudo, reconhecimento profissional e melhoria da qualidade educacional no município.

META 14
Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a elevar gradualmente a titulação de Mestres e Doutores.

ESTRATÉGIAS	STATUS
14.1) Fomentar junto à União e Estado o estímulo à integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa Estadual, Federal e Internacional.	Parcialmente.
14.2) Estabelecer parcerias com os órgãos públicos, privados e agências de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e criando grupos de pesquisa.	Parcialmente.
14.3) Promover, de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 4 (quatro) mestrados e 1 (um) doutorado até 2025.	Parcialmente.
14.4) Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para pós-graduação lato e stricto sensu, aos professores e demais profissionais que atuam na educação pública municipal. Expandindo na Rede Municipal a oferta de bolsa escolar.	Parcialmente.
14.5) Assegurar, na forma da lei, condições de formação e qualificação aos profissionais que atuam na educação especial, nas instituições de ensino superior. Expandindo a participação por meio de bolsas de estudos em pós-graduação fornecidas pelo município aos profissionais que atuam diretamente com este público em sala de aula.	Parcialmente.
14.6) Participar com recursos financeiros na criação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes das IES públicas e privadas do município em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, em âmbito nacional e internacional.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 14

Evidencia-se a necessidade de ampliação da formação *stricto sensu* dos profissionais da educação, bem como a valorização de forma efetiva. O principal problema apontado é o número insuficiente de vagas para afastamento remunerado. Há também observações quanto à falta de incentivos reais, como longos prazos para começar a receber pela formação obtida e políticas que dificultam a continuidade dos estudos, como o intervalo obrigatório de cinco anos entre licenças. Outro ponto revela entraves para ajustar horários, cobranças excessivas no controle de ponto e ausência de flexibilidade para quem está em estágio probatório. Também que programas gratuitos de pós-graduação acontecem em horários incompatíveis com a jornada docente. As sugestões reforçam a necessidade de ampliar as vagas de licença remunerada, flexibilizar horários, revisar legislações e fortalecer políticas de bolsas, parcerias e incentivos institucionais. Diversos participantes pedem a articulação com universidades públicas da região e a criação de condições estruturais para que a pesquisa acadêmica esteja integrada às necessidades locais. Em síntese, as contribuições destacam a necessidade de apoio financeiro, institucional e organizacional adequado.

ANÁLISE DA META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, política de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

ESTRATÉGIAS	STATUS
15.1) Ampliar, com qualidade, a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica, de acordo com a necessidade por área de conhecimento.	Parcialmente
15.2) Divulgar e incentivar o acesso ao financiamento estudantil aos matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004.V	Parcialmente
15.3) Articular, com as instituições de nível superior, a reforma curricular dos cursos de licenciatura garantindo a renovação pedagógica, com foco na educação especial, na qualidade dos cursos ofertados e no aprendizado do estudante	Parcialmente
15.4) Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.	Parcialmente

15.6) Implementar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.	Parcialmente
15.7) Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino e viabilizando a interdisciplinaridade.	Parcialmente
15.8) Garantir oferta de formação continuada mínima de 40 horas/anual, por área, a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.	Parcialmente
15.9) Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais de educação, sobre alunos e alunas, considerando o contexto étnico cultural, segurança e prevenção, para promoção de direitos sociais, objetivando criar um ambiente escolar livre de qualquer tipo de preconceito, discriminação ou violência.	Não
15.10) Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.	Não
15.11) Incentivar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para os profissionais da educação.	Parcialmente
15.12) Favorecer a construção do conhecimento e a valorização da cultura da pesquisa para os profissionais da educação básica considerando e incluindo toda composição de acervos e materiais adquiridos para a escola e Unidades de contraturno.	Não

META 16
Formar 100% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS	STATUS
16.1) Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pósgraduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada, durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior. Respeitado o disposto na legislação municipal vigente.	Parcialmente.
16.2) Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas, capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 16
Para alcançar essa meta, será necessário consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade dos docentes, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, em nível nacional e internacional. A promoção da mobilidade docente é uma estratégia essencial, pois permitirá que os professores se beneficiem de novos conhecimentos e experiências adquiridos em contextos educacionais variados, além de contribuir para a troca de saberes entre instituições de ensino e pesquisa. A implementação de licenças remuneradas para cursos de pós-graduação é uma medida que irá viabilizar a participação dos profissionais da educação nesses programas de formação sem prejuízo financeiro, garantindo a continuidade do seu trabalho e comprometimento com a educação de qualidade. Além disso, a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação é crucial. Ao estimular essa articulação, busca-se criar um ambiente fértil para a elaboração de propostas pedagógicas inovadoras, fundamentadas nas mais recentes pesquisas sobre o processo de alfabetização. Especialmente para a população de até oito anos, a fase inicial da educação é determinante para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. A integração entre a teoria acadêmica e a prática pedagógica, por meio dessa articulação, permitirá que os professores da educação básica incorporem as mais avançadas abordagens pedagógicas e metodológicas em suas salas de aula, elevando o

padrão da educação oferecida. Em resumo, a meta de formar 100% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação e garantir formação continuada para todos os profissionais da área reflete o compromisso com a melhoria da educação no país. Ao adotar políticas públicas que promovam a mobilidade docente e incentivem a articulação entre a pós-graduação e a prática pedagógica, buscamos fortalecer a formação de nossos professores, garantindo que eles tenham as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios da educação atual e, assim, contribuir efetivamente para o desenvolvimento integral dos alunos e o avanço da educação básica em todo o território nacional. O cumprimento parcial da meta de formar 100% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, conforme estabelecido no Plano Municipal de Educação (PME) de Balneário Camboriú para o período de 2015 a 2025, pode ser atribuído a uma série de fatores que envolvem desafios logísticos, financeiros e contextuais, além da complexidade das ações necessárias para garantir a formação continuada de todos os docentes. Embora a meta tenha sido uma prioridade do plano, a implementação integral exige o alinhamento de diversos aspectos que nem sempre estão completamente sob o controle da administração municipal.

META 17

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica assegurando no Estatuto do magistério municipal a remuneração dos professores com base no piso nacional do magistério e com garantia da diferença salarial, de 20% a 50%, entre os níveis de graduação.

ESTRATÉGIAS	STATUS
17.1) Ampliar a melhoria das condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, de acordo com o Plano Nacional da Educação, como forma de garantia da qualidade na educação.	Parcialmente.
17.2) Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Parcialmente.
17.3) Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, criadas, excedentes e permanentes.	Parcialmente.
17.4) Atualizar o plano de carreira, no máximo a cada 5 anos, em consonância com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, visando garantir e ampliar os direitos contemplados no Estatuto do Magistério de Balneário Camboriú.	Parcialmente.
17.5) Implantar gradualmente o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	Parcialmente.
17.6) Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, administração escolar e atendimento educacional especializado, realizado por profissionais habilitados na área de atuação, assegurando a esses profissionais, de forma isonômica, com os professores do Ensino Fundamental, o direito à gratificação de função, equiparado aos demais profissionais de sala de aula.	Parcialmente.

17.7) Implantar o benefício de insalubridade para todos os Profissionais da Educação.	Não.
17.8) Informatizar as salas de aula adequando o espaço físico com as novas tecnologias tais como: lousa eletrônica, projetor multimídia e demais equipamentos atuais, capacitando os profissionais para uso desses equipamentos.	Parcialmente.
17.9) Garantir a remuneração, de acordo com os níveis, aos profissionais da Educação ACT na área de formação e de atuação quando o mesmo apresentar diploma comprovando tal qualificação.	Não.
17.10) Assegurar e garantir a participação dos professores e demais profissionais da área da educação no processo de discussão e elaboração das diretrizes do plano de carreira e valorização profissional.	Parcialmente.
17.11) Viabilizar, junto à Secretaria de Saúde do município, o direito à vacinação contra doenças infectocontagiosas, considerando o contato diário e direto dos professores e demais profissionais que atuam nas Unidades Escolares, com grande número de pessoas.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 17

A meta vem sendo cumprida parcialmente, à estratégias que ainda não foram contempladas e percebe-se que há pontos que precisam ser melhorados como: a oferta de materiais didáticos modernos, a reestruturação e qualificação da formação continuada, o fortalecimento de políticas de valorização docente e a ampliação da transparência sobre metas e indicadores educacionais. Outro aspecto relevante é a valorização profissional, com sugestões como um Plano de Carreira que garanta incentivos financeiros e licença remunerada para qualificações mais avançadas.

META 18

Revisar, a partir da aprovação deste PME e sob a coordenação das respectivas mantenedoras, os planos de Carreira existentes para os profissionais da educação básica e garantir: o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal e a diferença de 20% a 50% entre os níveis.

ESTRATÉGIAS	STATUS
18.1) Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o quinto ano de vigência deste PME, 85% (oitenta e cinco por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação, não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	Parcialmente – Em processo de estruturação (acordo).
18.2) Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, sejam eles efetivos ou contratados, supervisionados por equipe de profissionais experientes a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou a continuidade do seu contrato, após o estágio probatório.	Não – Viabilizar a construção de mecanismos de preparação, acompanhamento e avaliação.
18.3) Manter, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu	Parcialmente.
18.4) Incorporar a gratificação do programa horizontal, código 718, adquirida pelos cursos de aperfeiçoamento, no teto máximo de 10%.	Não.
18.5) Solicitar estudo para incluir no quadro de cargos, da Lei nº 2084/2001 que trata do estatuto e Planos de Carreira do Pessoal do Magistério, a equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, fonoaudiólogos/as, nutricionistas, psicopedagogos/as, psicólogos/as e auxiliar de apoio em educação especial.	Não.

ANÁLISE DA META 18

A meta de estruturar as redes públicas de educação básica para que, até o quinto ano de vigência deste PME, 85% dos profissionais do magistério e 70% dos profissionais da educação não docente sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo, está parcialmente em processo de estruturação. Embora a contratação de profissionais efetivos seja uma prioridade importante, a implementação dessa meta enfrenta barreiras significativas, especialmente no que se refere à adequação orçamentária e à capacidade de realização de concursos públicos para o provimento dessas vagas.

A necessidade de concurso público e a capacitação de novos servidores demandam planejamento cuidadoso, além de tempo e recursos financeiros, o que pode ter atrasado a efetivação dessa meta. Além disso, questões como a escassez de profissionais em algumas áreas específicas da educação, como psicólogos, assistentes sociais e outros membros da equipe multidisciplinar, podem ter dificultado a ocupação integral das vagas previstas. Quanto à Implantação de Acompanhamento de Profissionais Iniciantes, é necessário a criação de mecanismos robustos de acompanhamento e avaliação demanda tempo e um sistema de gestão de recursos humanos eficaz, que muitas vezes depende da formação de equipes capacitadas e da estruturação de processos administrativos para garantir a supervisão contínua. Além disso, o estágio probatório, que visa a avaliação do desempenho de novos profissionais, pode ter enfrentado obstáculos relacionados à falta de recursos para realizar as avaliações, ao treinamento de supervisores e à adaptação de uma metodologia de avaliação que seja consistente e justa para todos os envolvidos. A meta de manter, nos planos de carreira, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*, foi parcialmente realizada. Essa ação depende diretamente do orçamento disponível e da viabilidade financeira de garantir licenças remuneradas sem prejudicar o funcionamento das escolas. Apesar de ser uma medida importante para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, a implementação de licenças remuneradas é um desafio orçamentário significativo, que exige planejamento para não comprometer a qualidade do atendimento educacional.

Além disso, o incentivo à qualificação profissional, especialmente em nível de pós-graduação, é fundamental para a valorização dos profissionais da educação. No entanto, a alta demanda por programas de pós-graduação e a necessidade de viabilizar a presença de professores em cursos sem comprometer suas atividades regulares nas escolas podem ter dificultado a concretização plena desta estratégia. A incorporação da gratificação do programa horizontal, código 718, adquirida pelos cursos de aperfeiçoamento, no teto máximo de 10%, não foi realizada. Essa ação está intimamente ligada à estrutura financeira do município e à análise da viabilidade de se incorporar gratificações ao salário dos servidores. A implementação dessa medida depende da revisão orçamentária e de uma negociação entre a administração pública e os representantes dos profissionais da educação.

A incorporação de gratificações, que impactaria diretamente o salário dos servidores, exige uma análise cuidadosa da sustentabilidade financeira do município, além de discussões com os sindicatos e categorias profissionais, o que pode ter levado à sua não implementação até o momento. Adicionalmente, a

implementação de mudanças no sistema de remuneração envolve ajustes legais e administrativos que podem demandar mais tempo para serem viabilizados.

A solicitação para incluir no quadro de cargos, conforme previsto na Lei nº 2084/2001, a equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicopedagogos, psicólogos e auxiliares de apoio em educação especial, não foi totalmente implementada, especificamente no que se refere à inclusão de psicopedagogos. Embora a equipe multidisciplinar seja reconhecida como essencial para promover um atendimento integral aos alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, a ausência de psicopedagogos no quadro de cargos do município está relacionada a uma série de questões práticas e administrativas que envolvem a criação de novos cargos públicos.

A inclusão de psicopedagogos, profissionais altamente especializados na orientação e no acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem, é fundamental para melhorar a qualidade da educação inclusiva e garantir o desenvolvimento acadêmico de todos os estudantes.

META 19

Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual e Municipal de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

ESTRATÉGIAS	STATUS
19.1) Respeitar a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos gestores das unidades de ensino com formação em gestão escolar, do quadro efetivo estável, bem como a participação da comunidade escolar em eleição democrática.	Sim.
19.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	Parcialmente.
19.3) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis, Conselhos Escolares e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	Parcialmente.
19.4) Acompanhar e estimular, em todas as redes de educação básica, até o 2º ano de vigência deste plano, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.	Sim.
19.5) Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.	Parcialmente.
19.6) Garantir a todos os Gestores das escolas públicas programa de formação continuada.	Sim.

19.7) Consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.	Sim.
19.8) Estimular, em todas as instituições de ensino superior, a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento.	Parcialmente.
19.9) Implantar, no 1º ano de vigência deste plano, avaliação institucional, com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão. Tendo assegurada sua aplicação a cada dois anos.	Parcialmente.
19.10) Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, na função de secretários e diretores de departamentos, fora das unidades educacionais, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.	Parcialmente.
19.11) Estimular a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores das instituições de ensino superior, médio, fundamental e educação infantil.	Parcialmente.

ANÁLISE DA META 19

A nomeação de gestores com formação específica em gestão escolar e a realização de eleições democráticas para a escolha desses gestores, com a participação ativa da comunidade escolar, respeitaram a legislação nacional e asseguraram uma gestão mais eficiente e inclusiva. Essa abordagem fortaleceu a administração das escolas, promovendo maior envolvimento da comunidade, e teve um impacto positivo no acesso, permanência e êxito na aprendizagem dos alunos. O cumprimento dessa meta demonstrou o compromisso do município com uma educação de qualidade, participativa e alinhada aos princípios da gestão democrática. Quanto a ampliação dos programas de apoio e formação para os conselheiros dos conselhos educacionais, embora tenha havido avanços na formação e capacitação dos conselheiros, a implementação completa das condições necessárias para o bom desempenho de suas funções, como recursos financeiros adequados, espaço físico apropriado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, ainda não foi totalmente consolidada. A efetivação total depende de ajustes e melhorias em algumas dessas áreas de apoio logístico e infraestrutura.

A estratégia de estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis, conselhos escolares e associações de pais foi parcialmente cumprida, embora tenha havido progressos na criação e no fortalecimento dessas organizações nas escolas, a garantia de espaços adequados e condições de funcionamento ainda apresenta desafios. Além disso, a articulação entre esses grupos e os conselhos escolares, por meio de suas representações, ainda precisa ser aprimorada. O avanço foi significativo, mas a plena efetivação dessa estratégia requer mais investimentos e ajustes nas estruturas de apoio e comunicação entre as partes.

META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS	STATUS
<p>20.1) Garantir, a partir da aprovação deste PME, em regime de colaboração, a formulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais que assegurem fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para a Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.</p>	<p>Parcialmente.</p>
<p>20.2) Utilizar, a partir da aprovação deste Plano, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação e com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), mecanismos de acompanhamento da arrecadação de impostos e das transferências de recursos e da contribuição social do salário educação, possibilitando que o Conselho Municipal de Educação, possa exercer suas funções de fiscalização e de controle social na aplicação adequada dos recursos destinados à educação.</p>	<p>Parcialmente.</p>
<p>20.3) Possibilitar que o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS) exerça suas funções de fiscalização e de controle social na aplicação adequada dos recursos destinados à educação.</p>	<p>Parcialmente.</p>
<p>20.4) Acompanhar e aplicar os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.</p>	<p>Parcialmente.</p>

20.5) Ampliar, a partir da aprovação deste PME, os mecanismos e os instrumentos que possam assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente com a realização de audiências públicas, a utilização de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e demais conselhos, em regime de colaboração entre as secretarias municipal e estadual de educação e o Tribunal de Contas do Estado.	Parcialmente.
20.6) Acompanhar regularmente indicadores de investimentos e custos por aluno da educação básica desenvolvidos pelo INEP, em todas as etapas e modalidades da educação básica pública.	Parcialmente.
20.7) Adotar, sob responsabilidade das mantenedoras e coordenação dos órgãos normativos e administradores dos sistemas, normas relativas aos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública, os quais serão referência para o estabelecimento do Custo Aluno Qualidade (CAQi)	Parcialmente.
20.8) Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.	Parcialmente.
20.9) Instituir no âmbito da Rede Municipal de Ensino repasse financeiro (PDDEM) calculado pelo número de alunos de cada Unidade Escolar, para subsidiar a conservação predial e compra de materiais de expediente agilizando, assim, o processo de aquisição de bens e serviços em prol da Unidade Escolar.	Não.

ANÁLISE DA META 20

A educação no município é considerada insuficiente e os recursos mal direcionados. A maior observação se refere ao sucateamento das escolas com as estruturas deterioradas, falta de manutenção, ausência de espaços adequados para atendimento aos alunos e carência de materiais didáticos básicos. As condições físicas das unidades não condizem com a elevada arrecadação municipal.

Outro elemento central é a percepção de que o município não prioriza o ensino público. O alto investimento em vouchers em detrimento da priorização de infraestrutura, tecnologia, acesso à internet e insumos pedagógicos. Há falta de mecanismos de controle social e divulgação clara dos dados financeiros.